

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 30 de junho de 2000

Ano 2 Nº 32

CPE e Ministério Público comprovam formação de cartel

Contrariando acordo firmado com a CPE, donos de postos de Florianópolis passam a praticar o mesmo patamar de preços e são denunciados por formação de cartel e quadrilha

Comprovadas as suspeitas da Comissão Parlamentar Externa (CPE) dos Combustíveis, presidida pelo deputado Nelson Goetten (PPB), quanto à formação de cartel e quadrilha, o que resultou no pedido de prisão preventiva pelo Ministério Público de oito donos de postos de gasolina de Florianópolis. Os membros da Comissão aguardam a visita do diretor da Secretaria do Direito Econômico do Ministério da Justiça, Darwin Correia, nesta sexta-feira (30), na Capital, para determinar que ações serão tomadas em SC. “Apesar de ter sido negada a prisão preventiva dos acusados pelo juiz da 1ª Vara

Criminal da Comarca da Capital, nossas denúncias foram comprovadas, pois trata-se de uma organização criminosa, uma quadrilha, que intimida e ameaça para determinar o preço praticado em todo o Estado”, afirma Goetten.

O parlamentar lembra que até 97 o governo era responsável pelo controle de preço dos combustíveis, tarefa que passou aos sindicatos, o que fez com que os postos catarinenses chegassem a uma margem de lucro de R\$ 0,25 o litro, acima da média nacional. “Como no Estado são comercializados 100 milhões de litros por mês pelos 1.900 donos de postos, a lucratividade acima da média

brasileira é de R\$ 300 milhões, empobrecendo a população e concentrando a renda na mão de poucas pessoas. Para se ter uma idéia, os investimentos do governo estadual em obras neste ano equivalem a R\$ 59 milhões”. Informou também que 18 regiões estão sendo investigadas em Santa Catarina,



(fotos Solon Soares)

num total de aproximadamente 100 proprietários, um serviço realizado em parceria com o Ministério Público Estadual, a Procuradoria da República e o Ministério da Justiça.

“Não queremos criar uma caça às bruxas, buscamos garantir a ordem econômica. Como o ICMS foi reduzido e os preços continuam os mesmos, muitos varejistas

podem ser acusados de apropriação indébita, além de crime de formação de cartel”, enfatizou.



**Deputado
Adelor filia-se
ao PMDB**

Página 5

**Prorrogada
CPI do
Narcotráfico**

Página 4

**Aprovados
projetos do
Refis e Cartão-
Cidadão**

Página 6

OPINIÃO

Solução para a violência



Visando minimizar o problema da violência no País, pela primeira vez a presidência da República, preocupada e alarmada com os altos índices de criminalidade, lançou um plano nacional de emergência para a segurança pública chamado BRASIL DIZ NÃO À VIOLÊNCIA. O plano possui 144 itens e é digno dos maiores elogios, porque vem ao encontro de um dos maiores problemas do momento. Embora seja elogiável, a proposta da Presidência da República é muito tímida, e as medidas somente entrarão em vigor no próximo governo. Medidas mais eficazes e que, sabemos, tramitam no Congresso e no Senado em número aproximado de 400, não foram votadas até o momento. E o problema continua se alastrando em todo o País.

Como a segurança pública está mais afeta aos governos estaduais, o plano foi lançado antecipadamente sem uma prévia consulta às autoridades estaduais. Isso gerou várias críticas, embora diversos governadores já tenham sido recebidos em audiências em Brasília, também este parlamentar.

No último dia 23 fui recebido em audiência pelo secretário nacional de Segurança Pública, Osvaldo Pereira Oliveira. Na oportunidade, recebi a informação de que muitas de minhas propostas elaboradas no projeto "UMA NOVA SEGURANÇA PÚBLICA PARA O BRASIL A PARTIR DE SANTA CATARINA" haviam sido contempladas no plano nacional.

No que se refere especificamente para Santa Catarina, retirei dois projetos que havia encaminhado à Assembléia por entender que fazem parte de um elenco maior de propostas, porque se aprovados isoladamente poderiam prejudicar as corporações e porque são de iniciativa e responsabilidade do Executivo. Um diz respeito à unificação dos comandos

das Polícias Civil e Militar e outro visa à dedicação exclusiva dos policiais na prevenção e no combate ao crime.

Pretendo, porém, sintetizar algumas medidas de emergência que podem ser implantadas. A valorização do homem de segurança (Polícias Civil e Militar) é uma delas. Atualmente, um delegado de polícia, em nível especial, percebe R\$ 6 mil por mês e tem a remuneração cortada no teto do Executivo, que é de R\$ 4.200. Minha proposta concreta é que os oficiais da Polícia Militar percebam salários idênticos aos dos delegados de polícia e que o teto mínimo para os soldados da PM e investigadores da Polícia Civil seja de R\$ 1.300.

Vou propor também que o homem de segurança tenha um seguro de vida, para poder dar tranquilidade aos seus familiares caso venha a sofrer problemas em serviço. Vou trabalhar para que sejam unificados os comandos das Polícias Civil e Militar e que esses policiais realmente ajam de modo integrado, não só no papel, mas também na prática, e pelo aumento do número de efetivos (mil investigadores), o que viria suprir as grandes falhas existentes com pessoal em vários municípios. Tudo isso ajudará para que o homem de segurança possa dedicar-se exclusivamente ao combate do crime e à prevenção.

Recursos para isso o Estado tem. Por exemplo: transformar o Fundo de Segurança Estadual, na média dos últimos três meses, em valores que passem a integrar o orçamento da Segurança para pagamento de pessoal. E os prédios para delegacias devem ser construídos em convênio com as prefeituras, não podendo transformar-se em um elefante branco, como vinha ocorrendo, com desperdício de verba. Enfim, recursos existem: do Plano de Segurança Nacional, de convênios com prefeituras e de verbas orçamentárias da Secretaria da Segurança Pública. Basta saber utilizá-los corretamente.

Deputado Heitor Sché (PFL)

A China merece atenção



A viagem da delegação catarinense à China trouxe várias perspectivas de estreitamento das relações culturais, políticas e comerciais, que podem ser muito ricas para o estado de Santa Catarina e o Brasil. A sociedade chinesa, sua cultura milenar e as alternativas que estão sendo colocadas em prática para a melhoria da qualidade de vida de um bilhão e trezentos milhões de habitantes merecem atenção.

Só nos últimos 60 anos, os chineses vivenciaram várias etapas de transformação cultural, econômica e social. Na década de 40, a China ainda tinha características sócio-econômicas semifeudais; passou pela revolução socialista entre os anos 50 e 70, seguida pela revolução cultural, e nos últimos 15 anos está experimentando um processo de abertura econômica e de inserção no mundo globalizado de forma controlada, respeitando o ritmo e os interesses da sociedade chinesa.

A China optou por não fazer uma abertura econômica total, está se integrando ao processo de globalização, mas de forma autônoma, não submissa – como faz o Brasil. As aberturas são pontuais, feitas e avaliadas permanentemente para manter os interesses e o controle chinês. Estão buscando alternativas de inserção global fora do esquema dos Estados Uni-

dos e da União Européia, priorizando outros países e continentes. A forma honrosa e atenciosa com que recepcionaram a delegação catarinense foi uma mostra clara da importância que estão dando às relações com o Brasil, pois reconhecem sua liderança na América Latina.

A economia chinesa nos surpreendeu por seu dinamismo e desenvolvimento. Em cinco anos, por exemplo, a China passou da condição de importador para exportador de fibra ótica aos países da Ásia. A pujança da economia chinesa pôde ser percebida nas sete cidades visitadas. É surpreendente que um país com 1/5 da população mundial consiga manter o atendimento das necessidades básicas da população com investimentos tecnológicos, ao mesmo tempo em que mantém o controle estatal sobre os meios de produção, especialmente sobre a terra – meio de vida de 70% da população chinesa.

A China tem um acúmulo extraordinário de experiências adquiridas em pouco tempo e nas mais distintas áreas, e, mesmo assim, o país consegue manter a unidade de sua ação e projeta-se como uma das grandes potências mundiais a curto prazo. É um exemplo a ser observado com atenção. Nossa viagem foi, sem dúvida, muito frutífera, e deixamos encaminhados vários projetos que podem ser muito proveitosos para Santa Catarina. Vai depender apenas de esforços e iniciativas do governo do Estado e de todos nós para concretizá-los.

Deputada Ideli Salvatti (PT)

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)

1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)

2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)

2º Secretário: Romildo Tilton (PMDB)

3º Secretário: Afonso Spaniol (PPB)

4º Secretário: Adelar Francisco Vieira (PMDB)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC

Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

**Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 221-2621
imprensa@alesc.sc.gov.br**

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz

Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Editoração e Diagramação: Noeli Livi

Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose

Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração

dos assessores de bancadas

Revisão: Margareth Genovez

Fotografia: Jonas Lemos Campos, Maria do Carmo ravchychyn,

Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares e Alberto Neves

Distribuição: Setor de Expedição

Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

PRESIDÊNCIA

Missão catarinense desperta interesse da China pelo Estado

Depois de quinze dias estabelecendo contatos com o meio político e o empresariado em missão oficial à República Popular da China, a delegação catarinense conseguiu voltar os olhos de alguns setores industriais daquele país para o mercado catarinense. O presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, deputado Gilmar Knaesel, afirmou que a viagem superou todas as expectativas. "Consolidamos o acordo de cooperação entre Santa Catarina e a Província de Heilongjiang, o que abre portas nas relações políticas, comerciais e culturais entre Brasil e China", avaliou.

O presidente está trabalhando na elaboração de um relatório, que apontará os resultados da viagem. Serão relatados os pontos detectados pela missão oficial em que há interesse comum de negócios entre a China e o Brasil. Este documento será entregue ao governador Esperidião Amin, para que seja enfatizada perante o Executivo a importância da missão oficial. Isso porque no caso da China, um país com um regime político peculiar, a adesão do governo nas negociações e nos acordos é fundamental.

Knaesel destacou, na volta da viagem, alguns dos projetos que tiveram avanços



Presidente e Qiu Xiaoyi das Relações Exteriores da China

ou abertura de negociações, entre eles a instalação de uma montadora de tratores na cidade de Pomerode, negócio já em andamento e dependendo apenas de decisão de apoio do governo através do BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento), e a implantação em Santa Catarina da Faculdade de Medicina Tradicional Chinesa, que oferecerá cursos de especialização na área para médicos formados. Também foram iniciadas as conversas para trazer ao Estado a exposição da cidade de gelo, que foi apresentada uma única vez fora da China (na África do Sul), com enorme sucesso.

Todo recurso arrecadado com a visita à exposição é doado para ações de caridade. Outros setores empresariais foram contatados, como o tecnológico (com destaque para a produção de fibra ótica), agrícola, aeronáutico e automobilístico. O vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), Alcântaro Cor-rea, integrante da delegação, solicitou à embaixada brasileira na China que a Fiesc seja incluída no rol de instituições que recebem informações sobre as áreas de interesse de investimentos comerciais do empresariado chinês no Brasil.

Em uma audiência na sede da representação brasileira em Pequim, o embaixador do Brasil na capital chinesa, Affonso de Ouro Preto, expressou o apoio do Itamaraty à missão oficial catarinense naquele país. O embaixador falou sobre a importância de estreitar relações e disse que o governo chinês está fazendo um esforço enorme para atrair investimentos brasileiros. Este talvez seja o passo inicial para o incremento do comércio entre os dois países, que hoje se encontra bem limitado. Apenas 1% da pauta de exportações do Brasil é direcionada à China.

Parlasul troca de presidente

O tema "federalismo" foi a base das conferências realizadas no encontro do Parlamento do Sul - Parlasul - nesta segunda-feira na cidade de Curitiba. Na ocasião, o presidente da Assembléia de SC, deputado Gilmar Knaesel, defensor da criação de um novo pacto federativo para o Brasil, transmitiu a presidência do Parlasul para o deputado Nelson Justus (PTB), presidente da Assembléia do Paraná.

Ao deixar o cargo, Knaesel citou algumas das realizações do Parlasul durante a sua gestão, dando destaque para as moções assinadas pelos presidentes das Assembléias do Sul do País e do Mato Grosso do Sul. Como

exemplos, foram apresentadas as moções pela discussão de um novo pacto federativo, pela inclusão do Mato Grosso do Sul no BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento) e pela unificação do calendário escolar dos estados sulinos. Mencionou, ainda, o protocolo de intenções assinado entre o Parlasul e a Crecenea (fórum dos legisladores das províncias do litoral argentino).

A reunião contou com a presença de uma delegação argentina chefiada pelo recém-empossado presidente da Crecenea, deputado Leandro Salom, da Província de Chaco, a qual participou, juntamente com os parlamentares brasileiros, das conferências que discutiram "As regiões

metropolitanas nos regimes federais" e "Federalismo em perspectiva". Knaesel expressou satisfação com a freqüente e intensa participação dos parlamentares argentinos nas reuniões do Parlasul.

Na oportunidade foram instaladas as comissões de subgrupos regionais de trabalho. Os representantes de Santa Catarina são: deputado Ciro Roza (PFL) para a Comissão de Transportes, Obras e Infra-Estrutura; deputado Francisco de Assis (PT) para a Comissão de Economia Regional; deputado Joares Ponticelli (PPB) para a Comissão de Educação e Cultura e deputado Onofre Agostini (PFL) para a Comissão de Assuntos Institucionais e Legislativos.

COMISSÕES

Ponticelli propõe mudanças no salário-educação

“Desburocratização do Salário-Educação” foi o tema da audiência pública requerida pelo deputado Joares Ponticelli (PPB), presidente da Comissão de Educação, a qual reuniu nesta segunda-feira (26), no Plenário da Assembléia, representantes de vários segmentos ligados ao ensino no Estado, entre eles Secretaria da Educação, União dos Dirigentes Municipais de Educação de Santa Catarina, prefeituras, Tribunal de Contas, Conselho Estadual de Educação e União dos Vereadores de Santa Catarina.

De acordo com a secretária da Educação, Miriam Schlickmann, neste ano 53 municípios não receberam os recursos porque não cumpriram as exigências da Lei 10.723, de março de 98, que regulamenta o salário-educação e que dispõe sobre a distribuição de sua quota para os municípios. “Há excesso de legalismo, e muitas dessas exigências são inócuas”, afirmou a secretária. Uma das exigências determina que o município envie para a Secretaria a comprovação de

aplicação dos 25% dos recursos em educação. “Isso não compete à Secretaria, e sim ao Tribunal de Contas”, explicou.

O deputado Ponticelli disse que o excesso de burocracia atrapalha a vida dos municípios e que os recursos que poderiam ser aplicados na melhoria do ensino estão parados na Secretaria da Educação. Segundo ele, se os municípios não cumprirem as exigências da lei, os recursos dos que não estão em situação legal serão redistribuídos no final do ano aos demais municípios do Estado. O parlamentar propõe mudanças na lei do salário-educação, como suprimir dispositivos que dificultem os repasses



Deputado Joares preside audiência pública

(foto Jonas Lemos Campos)

para os municípios. “Estamos falando de R\$ 15 milhões, uma verba significativa”, ressaltou. Afirmou que o Legislativo deve efetuar essas mudanças na lei até o final deste ano. “É uma forma de homenagear os atuais secretários municipais de Educação, autores desta discussão”, concluiu Ponticelli.

AL aprova prorrogação da CPI do Narcotráfico

Aprovado em Plenário requerimento no sentido de prorrogar por mais 45 dias o prazo de conclusão das atividades da CPI que investiga em nível estadual o narcotráfico e o crime organizado, presidida pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB). O autor da proposta foi o relator da Comissão, Adelor Vieira (PMDB), que agora tem até o dia 15 de agosto para apresentar o documento final das conclusões da CPI.

Relatório - O deputado Adelor Vieira apresentou um relatório parcial circunstanciado, destacando os fatos que levaram à constituição da CPI, bem como o prazo inicial de conclusão das atividades, que expirou nesta quarta-feira (28). Explicou que sua proposta foi acima de tudo conciliatória, uma vez que havia documentos requerendo a prorrogação do prazo por mais 60 dias e outros solicitando o encerramento dos trabalhos na data prevista.

O relatório discrimina as 36 reuniões reservadas e abertas, realizadas na

Assembléia e nos fóruns de alguns municípios do interior do Estado, como Concórdia, Joinville, Itajaí e Tijucas. Nessas cidades, diversas testemunhas prestaram depoimentos sobre a macrocriminalidade e tráfico de drogas em Santa

CPI tem mais 45 dias para concluir os trabalhos de investigação e apresentar relatório conclusivo

Catarina. A maioria das reuniões ocorreu em Itajaí, quando foram ouvidas 12 pessoas. Além disso, foram realizadas diligências e investigações em outros municípios.

Destas reuniões resultaram depoimentos institucionais, ou seja, de pessoas com cargo no Poder Executivo e ins-

tituições públicas. Assim, prestaram depoimentos os secretários da Segurança Pública, Antenor Chinato Ribeiro, e da Justiça, Paulo Cesar Carvalho; os superintendentes da Polícia Federal, Roberto Schweitzer, e da Polícia Rodoviária Federal, Danilo Freitas; o Procurador-Geral da Justiça, José Galvani Alberton, e o Corregedor-Geral da Polícia Civil, José Manoel Lipinski.

Das mais de 1.300 ligações telefônicas recebidas por intermédio do Disque-Denúncia, 422 foram sobre tráfico de drogas, 31 sobre roubo de cargas, 18 sobre “desmanche” de veículos, 16 sobre enriquecimento ilícito, 16 sobre roubo de carros, 16 sobre corrupção e 10 sobre contrabando de armas.

Proteção à testemunha - Já tramita nas Comissões Técnicas da Casa projeto instituindo o Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Vítimas da Violência e a Testemunhas Ameaçadas em Santa Catarina, denominado Protege-SC, que foi elaborado em conjunto pelos oito integrantes da CPI.

PLENÁRIO

Adelor Vieira vai para o PMDB

O deputado Adelor Vieira, que havia deixado o PFL em meados de abril, anunciou na última segunda-feira (26) sua opção pelo PMDB. O ato de filiação à nova sigla partidária deve ocorrer ainda esta semana em Joinville, com a presença do atual prefeito (e candidato à reeleição) Luiz Henrique da Silveira. Revelou que havia recebido, neste período em que ficou sem filiação, convite para integrar outras agremiações políticas, mas optou pelo PMDB por ser um partido organizado em todo o Estado.

Agora o PMDB passa a contar com 11 deputados, ficando em igualdade de condições com o PPB, a maior bancada até então.



Deputados peemedebistas recepcionam Adelor

O parlamentar comentou que como sua atuação política já é estadualizada, possui planos para as eleições de 2002, 2004 e 2006. Embora não tenha afirmado enfaticamente,

deixou claro que no pleito de 2002 poderá ser candidato a deputado federal pela região Norte, que atualmente não possui representante no Congresso Nacional, sendo

um possível candidato à prefeitura de Joinville em 2004.

Adelor Vieira teceu muitos elogios ao PMDB, citando textualmente lideranças do Sul, como o ex-prefeito de Criciúma, Eduardo Pinho Moreira, do Norte, como o prefeito Luiz Henrique da Silveira, e do Oeste, como o senador Casildo Maldaner e o deputado estadual Herneus de Nadal.

Irão assinar ficha no PMDB outras lideranças locais que atuaram junto com Adelor enquanto ele esteve filiado ao PFL. Comentou ainda que todos os seus indicados para ocupar funções de confiança no governo do Estado (cerca de cinco pessoas) já colocaram seis cargos à disposição.

Indenizações aos ex-presos políticos

O Governo do Estado adiou mais uma vez o início do pagamento das indenizações aos ex-presos políticos de Santa Catarina. Inicialmente previsto para maio deste ano, o pagamento será feito nos meses de setembro e dezembro, conforme resposta ao pedido de informação do deputado Jaime Duarte (PPS), presidente da Comissão de Direitos Humanos na Assembleia Legislativa.

O primeiro cronograma, divulgado pelo governo estadual em abril, previa para o início de maio o pagamento das indenizações. Diante do atraso, o deputado encaminhou um pedido à Secretaria da Casa Civil.

De acordo com o novo calendário, dos 355 ex-presos políticos, 82 receberão este ano o valor total. O pagamento dos demais será parcelado. Na

resposta ao pedido não constam as datas das próximas faturas. As indenizações liquidadas na primeira parcela (setembro e dezembro) atingirão valores entre R\$ 5 mil e R\$ 10 mil.

Para Duarte, o valor a ser pago está longe de reparar os erros cometidos contra esses catarinenses, mas representa o reconhecimento de uma luta. As indenizações deverão ser pagas às pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas entre 1961 e 1979.

Em 1998 foi instalada uma comissão especial que analisou o direito à indenização aos ex-presos políticos. O governo anterior autorizou o pagamento, mas as indenizações só começarão a ser pagas este ano, conforme o cronograma divulgado pela Secretaria da Casa Civil.

Plano de assistência à saúde

A Assembleia aprovou projeto de lei complementar apresentado pelo Poder Executivo que altera a Lei Complementar nº 179, de 23 de junho de 1999, que institui o Plano de Assistência de Saúde dos Servidores do Estado de Santa Catarina – Plam. As alterações são as seguintes: oferece em caráter facultativo internamento hospitalar em classe privativa e serviços de assistência médica aos integrantes da família nuclear do segurado quando estes não mais puderem ou não possam ser declinados na Declaração de Beneficiários.

Outra alteração visa corrigir distorção na Lei, que não contempla deputados federais eleitos por Santa Catarina, para que, facultativamente, possam aderir ao Plam. Inclui como beneficiários desse plano, facultativamente, os ocupantes de cargos comissionados, não

agentes políticos, de acordo com a Emenda Constitucional nº 20. Estabelece que os agentes políticos e detentores de mandato eletivo federal, estadual e municipal em SC poderão filiar-se ao Plam mediante pagamento da contribuição de 5% sobre o valor da remuneração, não podendo a menor contribuição ser inferior a 50% do valor do salário mínimo.

Violência infantil - Ainda do Executivo, aprovada lei instituindo o dia 24 de setembro de cada ano, no âmbito do Estado, como o Dia Estadual de Mobilização pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil.

No dia da mobilização, as redes pública e privada de ensino e de saúde do Estado e dos municípios desenvolverão atividades voltadas ao tema do direito da criança e do adolescente, em especial ao combate à violência e à exploração sexual infanto-juvenil.

PLENÁRIO

Projeto de incentivo à produção ecológica

Apresentado projeto de lei de autoria dos deputados estaduais Pedro Uczai e Neodi Saretta (PT) que institui a política estadual de incentivo à produção familiar agroecológica.

A proposta busca para os agricultores crédito subsidiado no Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR) e de outras fontes; assistência técnica garantida na produção e na comercialização de produtos agroecológicos *in natura* e agroindustrializados; apoio à formação, capacitação e ao desenvolvimento permanente dos agricultores e à criação de equipamentos e maquinários próprios; pesquisa participativa valorizando as experiências locais; criação de um banco de sementes; participação do Colegiado Estadual de Agricultura Orgânica e de agricultores familiares no processo de gestão da política de produção agroecológica; isenção de taxas públicas.



(foto Solon Soares)

Têm direito ao crédito todos os agricultores familiares que já produzam ou se convertam para o sistema agroecológico e que obtenham, no mínimo, 80% da sua renda nessa atividade; que sejam proprietários, arrendatários, meeiros ou parceiros de terra, e que não contratem trabalhadores sazonais em número maior que a mão-de-obra familiar.

O projeto de lei tem por objetivos produção e oferta de alimentos saudáveis, preservação e ampliação da biodiversidade dos ecossistemas e conversão das condições físicas, químicas e biológicas do solo, do ar e da água. Visa também melhorar a qualidade de vida e promover a integração entre os agricultores agroecológicos familiares e os consumidores finais.

Para Saretta, a saída é o desenvolvimento sustentável, a produção de alimentos saudáveis para a população e a



(foto Solon Soares)

implantação de um modelo agrícola sem destruição do meio ambiente, abandonando os adubos químicos, os produtos geneticamente modificados e os agrotóxicos. “Temos que garantir uma terra ecologicamente equilibrada e socialmente justa para as futuras gerações de Santa Catarina”, salienta.

Pedro Uczai acredita que a crise por que passa hoje a agricultura catarinense é resultado do fracasso do modelo de desenvolvimento, baseado nos interesses das transnacionais que querem dominar o mundo através do controle da produção de alimentos.

Refis é aprovado com emendas

Aprovados projetos que deverão proporcionar aumento de arrecadação e desta forma estimular as finanças do Estado.

Depois de ser admitido nas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, o Projeto de Lei governamental nº 124.5/00, que institui o Programa Catarinense de Recuperação Fiscal - Refis -, foi aprovado nesta terça-feira (27) em Plenário. O Refis consiste na consolidação e parcelamento de débitos relativos ao antigo ICM e ao atual ICMS, correspondentes a dívidas ocorridas até 31 de dezembro de 1999, e

permite que as 60 mil empresas catarinenses que devem aos cofres do Estado possam quitar suas dívidas. O débito total é de aproximadamente R\$ 2 bilhões.

O projeto recebeu um total de 38 emendas, no entanto, em Plenário foram mantidas apenas as de número 1, 3, 4, 5, 7, 26 a 29, 36 e 37. As emendas 34 e 38 foram rejeitadas e as de número 30 a 33 foram retiradas para não prejudicar o conteúdo original da matéria. Com essas alterações fica assegurado no projeto o pagamento das dívidas com prazo de 31 de dezembro do ano passado, bem como a redução das multas e juros em 50% na consolidação do débito. Agora o projeto segue para apreciação do Governador, que poderá vetá-lo, total ou parcialmente, ou sancioná-lo.

A proposta original foi elaborada pelas entidades empresariais de todo o Estado,

envolvendo os setores da indústria, do transporte, da agricultura, lojista e a micro e pequena empresa, sendo também amplamente discutida com a Secretaria da Fazenda. A avaliação desses segmentos sobre a forma de aprovação da matéria foi positiva, pois mantém basicamente o conteúdo do projeto.

Cartão-Cidadão – Aprovado também o substitutivo global do deputado Júlio Garcia (PFL) à matéria governamental que institui o Programa Cartão-Cidadão. Desta forma, 0,2% do ICMS sobre as compras e serviços serão destinados diretamente ao consumidor em forma de bonificação. Isso, além de incrementar a arrecadação, vai coibir a sonegação, pois os bônus acumulados pelo consumidor poderão ser utilizados na compra de mercadorias nas empresas conveniadas. O Cartão terá abrangência nas áreas da saúde, segurança e educação.

Licenciamento ambiental

Preocupado com as ações das mineradoras na região Sul do Estado e amparado na Constituição Federal, o deputado Clésio Salvaro (PFL) apresentou projeto de lei que dispõe sobre o licenciamento ambiental de atividades minerárias.

A proposição do parlamentar estabelece diretrizes para a criação de áreas de zoneamento minerário no Estado e coordenação de licenciamento ambiental. Os princípios básicos da proposta estão delineados no artigo 225 da Constituição Federal, que disciplina a compatibilização

da atividade de mineração com a proteção do meio ambiente e define os instrumentos da administração pública para a consecução deste objetivo e a obrigação daquele que efetua o aproveitamento dos recursos minerais.

A meta maior é dotar o Estado de política de impacto ambiental que contemple Diagnóstico Ambiental, Plano de Controle e Relatório de Controle Ambiental. Com essas medidas, o exercício da atividade mineradora está condicionado a instrumentos específicos de controle do poder público, através de zoneamento minerário.

Redução do custo de sementes

A redução em 70% do valor cobrado pelas sementes de milho e feijão, através do "Programa de ação emergencial para auto-suficiência do milho e incremento da produção e produtividade do feijão em Santa Catarina", foi objeto de indicação do deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao governador do estado e ao secretário da Agricultura. O parlamentar lembrou que a disponibilização das sementes aos produtores foi realizada utilizando-se o sistema de equivalência produtor Troca-Troca mas

que a atual safra não alcançou o objetivo desejado, uma vez que os preços praticados foram equivalentes ao do mercado.

Segundo o deputado, a redução de 70% incentivará o pequeno produtor rural, amparando-o no alcance de suas necessidades básicas. Lembrou que o programa de estabilização da moeda privilegiou demasiadamente o consumidor urbano em detrimento do produtor rural, o qual teve de comercializar o seu produto a preço inferior ao custo de produção. Trata-se de medida para manter o trabalhador no campo.

Recapeamento para SC-280

Levando em consideração que a SC-280, rodovia que liga Canoinhas a Mafra e Porto União, está em péssimas condições de tráfego, o deputado Antônio Aguiar (PFL) reivindicou ao governo do Estado o seu imediato recapeamento e melhoria na sua sinalização.

De acordo com Aguiar, a SC-280 é uma das rodovias

que liga a região Norte do Estado aos grandes centros de comércio, o que permite o escoamento da produção, além de facilitar a atividade turística. Acontece que o tráfego intenso de veículos, no decorrer do tempo, culminou na precariedade da trafegabilidade nessa rodovia. Nem mesmo a sinalização é satisfatória.

Proposições

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao Presidente da Casan, solicitando a implantação do sistema de água tratada nos bairros Porto Grande e Icarai, bem como a conclusão do sistema de abastecimento do bairro Itinga, em Araquari.

Deputado Neodi Saretta (PT) ao governador e ao secretário da Saúde, solicitando liberação de recursos financeiros para a Associação Hospitalar Comunitária de Itá.

Deputado Volnei Morastoni (PT) ao secretário da Saúde, requerendo a instalação urgente de um serviço próprio de agendamento de exames no Hospital Regional de São José para amenizar os transtornos enfrentados pelos pacientes.

Deputado Nilson Gonçalves (PFL) ao diretor do Deter, solicitando a colocação de abrigos de passageiros ao longo da rodovia SC-474, no trecho que vai da BR-101 à localidade de Santa Cruz, em São João do Itaperiú.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao governador do Estado, indagando sobre as atividades empreendidas pelo chamado Bando da Terra de Santa Catarina, como valores por beneficiários contemplados e os critérios utilizados para o atendimento dos pedidos, entre outros.

Deputado Pedro Uczai (PT) ao governador do Estado, indagando sobre a situação do quadro funcional da Secretaria do Desenvolvimento do Oeste, com relação nominal e o número de servidores efetivos e comissionados.

Deputado Antônio Aguiar (PFL) ao governador do Estado, solicitando providências para recapeamento asfáltico do trecho já existente e pavimentação do restante da rodovia Wendelin Metzgr, que liga Canoinhas a Marcílio Dias.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) às autoridades e ao povo de Campo Erê, parabenizando-os pelas comemorações do 42º aniversário de emancipação político-administrativa do município.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Rio Fortuna, Nova Veneza, Imbituba e Ilhota, cumprimentando-os pelo aniversário daqueles municípios.

Deputado Nilson Gonçalves (PFL) ao governador do Estado e ao secretário da Segurança Pública, pedindo a implantação de mais um batalhão da Polícia Militar em Joinville.

Deputado Neodi Saretta (PT) ao presidente da Telesc, pedindo a realização de estudo técnico para a expansão de linhas telefônicas convencionais para as comunidades do interior de Itapiranga.

Deputado Reno Caramori (PPB), cumprimentando a sociedade de Santa Cecília pelo aniversário de emancipação político-administrativa daquele município.

Deputado Jaime Duarte (PPS), cumprimentando o Joinville Esporte Clube pela conquista do Campeonato Catarinense de Futebol ano 2000.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) às lideranças e aos membros da Igreja Adventista no Brasil, cumprimentando-os pelos 150 anos de inauguração do primeiro templo adventista no país, localizado em Gaspar Alto (SC).

Deputado Joares Ponticelli (PPB) ao secretário da Segurança Pública, solicitando recursos para a execução de reformas em imóvel em Tubarão, onde será instalada as dependências da Delegacia da Mulher e do 1º DP.

Deputado Nilson Gonçalves (PFL) ao diretor do Detran, manifestando discordância com o movimento que visa suprimir uma das três instâncias recursais no caso da Defesa Prévia, na apreciação dos autos de infração de trânsito.

Deputado Valmir Comin (PPB) ao presidente da Telesc, solicitando a instalação de uma torre de transmissão de telefonia celular em Nova Veneza.

ESPECIAL

Realizada a 2ª Semana Estadual Antidrogas

Autoridades estaduais, federais e representantes de comunidades terapêuticas prestigiaram na Assembléia a abertura da 2ª Semana Estadual Antidrogas, realizada de 19 a 26 de junho, numa iniciativa do deputado Adelor Vieira (PMDB). O parlamentar defendeu a reforma da legislação sobre o tema, convocando os membros das comunidades para uma reunião no final da sessão objetivando conhecer sua realidade e o seu trabalho, além de buscar a normatização das entidades que recuperam viciados em drogas. Adelor acredita que desta forma os governos federal e estadual poderão colaborar de maneira mais eficaz para auxiliar esses centros. Anunciou que no dia 26 de junho um novo encontro irá encerrar as "Semanas Estaduais Antidrogas", que também acontecem no plano federal, o qual será marcado pela prevenção ao uso de drogas.

Ao apresentar os números das drogas apreendidas em algumas regiões do Brasil, Ildo Rosa, da Polícia Federal, disse que só a repressão não soluciona o problema, propondo um trabalho conjunto entre as 13 entidades governamentais e não governamentais que formam o Conselho Estadual de Entorpecentes. José Galvani Alberton, do Ministério Público, admitiu



Pronunciamento do representante da Polícia Federal

que o órgão fez pouco nesta questão, mas que as coisas estão mudando com a parceria feita com o Conselho Estadual de Entorpecentes e Secretarias de Estado, incentivando os promotores de Santa Catarina a criar conselhos municipais de entorpecentes.

O deputado federal Edison Andrino (PMDB) falou de seu projeto que autoriza as escolas de 2º grau a fazer exame *antidoping* nos alunos, desde que com prévia autorização de pais ou res-

ponsáveis, os quais serão os únicos a saber dos resultados. Já o secretário da Segurança Pública, Antenor Chinato Ribeiro, frisou que falta articulação entre estados e União e que somente a educação leva ao resgate da família, hoje torpedeada pelo alto consumo de drogas.

A secretária da Educação, Miriam Schlickmann, também participou da sessão especial, assim como Paulo César Ramos de Oliveira, titular da Secretaria da Justiça.

Exposições de artistas plásticos na Assembléia

Estão expostas a partir desta semana (27), na Galeria de Arte da Assembléia Legislativa, as obras da artista plástica Janaina Simas Neves, natural de Indaial. Desde criança, Janaina já demonstrava interesse pela pintura. Com o objetivo de ampliar seus conhecimentos nas artes plásticas, mudou-se para Curitiba, onde ingressou no curso de Desenho Industrial da PUC. No seu retorno a Santa Catarina atuou em algumas empresas de tecelagem do Vale do Itajaí, e atualmente terceiriza seu trabalho para indústrias do vestuário do Estado.

"Hassis Brasil 500" é o nome da exposição que o artista plástico Hassis abriu nesta quinta-feira (29) também no hall da Assembléia. Com mais de 40 anos dedicados às artes plásticas, Hassis já

realizou exposições por todo o Brasil. A característica fundamental de sua obra é a definição da figura em poucas linhas, e sempre com a preocupação de mostrar em

seu trabalho a identificação com a cultura, retratando atividades do cotidiano, problemas sociais, brincadeiras, festas populares e folclore.

Agenda

Dia 03, às 9h30min – Reunião da CPI do Narcotráfico, presidida pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB), para tomada de depoimentos.

Local: Fórum de Criciúma

Dia 05, às 9h – Reunião da Comissão Parlamentar Externa (CPE) que vai investigar a situação dos presídios em Santa Catarina, presidida pelo deputado Manoel Mota (PMDB).

Local: Sala das Comissões

Dia 06, às 9h30min – Reunião da CPE dos Presídios

Local: Câmara de Vereadores de Araranguá

Dia 06, às 14h – Reunião da CPE dos Presídios

Local: Câmara de Vereadores de Criciúma